

GARUM NA LUSITANIA RURAL?

Alguns Comentários sobre o povoamento romano do Algarve

*Carlos Fabião*¹

0. OS DADOS DA QUESTÃO

Em 1987, J. C. Edmonson, na tese que consagrou à exploração dos recursos mineiros e marinhos na Lusitânia, tentou tratar de um modo sistemático e racional o heterogéneo conjunto de informações disponíveis sobre *cetariae*, fornos de ânforas e articulá-lo com as formas de povoamento da antiga província romana do extremo ocidental da *Hispania*. Esboçou, então, um modelo de explicação, retomado em texto posterior (Edmonson, 1990), que tentava cobrir as diversas realidades observadas. Em sua opinião, a exploração de recursos marinhos, produção de preparados de peixe e contentores para os exportar poderia enquadrar-se em três regimes diferentes, embora, naturalmente, complementares: um sediado em centros urbanos do litoral, outro instalado em centros (*vici*) de carácter suburbano e um terceiro, de âmbito rural, associado ao povoamento de tipo *villa*. Este último regime seria particularmente observável no Algarve, onde a exploração destes recursos assumiria um carácter subsidiário das actividades agrícolas (Edmonson, 1987; 129). Na sua opinião, os preparados de peixe produzidos neste mundo rural destinavam-se fundamentalmente ao autoconsumo, com um eventual escoamento dos magros excedentes para os centros urbanos mais próximos, em contentores de morfologia peculiar, as «local type amphoras» (Edmonson, 1987: 276-278 e 1990: 137).

Esta hipótese é articulável com as opiniões expostas por J. G. Gorges, sobre o carácter original das *villae* algarvias, no contexto da Lusitânia, com implantações supostamente diferentes da norma da atracção por centros urbanos e

1. Centro de Arqueologia e História. Faculdade de Letras de Lisboa. Cidade Universitária 1699. Lisboa Codex. Portugal.

grandes vias observada em outras regiões da província (Gorges, 1979: 65-6 e 1990: 96 e 101-6).

Os fundamentais trabalhos destes dois autores constituíram o natural ponto de partida para o presente estudo. No entanto, a revisão global dos dados actualmente disponíveis permite questionar os fundamentos desta presumida originalidade algarvia, já que, por um lado, não parece correcta a ideia de um regime de produção de preparados de peixe em âmbito rural, nem se detecta a existência de quaisquer tipos locais específicos de contentores para transporte e comercialização dos mesmos; por outro lado, não parece ser especialmente diferente a estratégia de implantação das *villae* em território algarvio, como se procurará demonstrar. Estas observações, que se colocam à discussão, em nada diminuem os contributos de Edmonson e Gorges, procuram somente rectificar a ideia estabelecida de uma pretensa originalidade do extremo meridional do território hoje português que, aparentemente, não existiu de facto.

1. O ALGARVE

O Algarve constitui uma região bem individualizada no actual território português. A norte é delimitado pela *serra*, que o separa da penepanície alentejana, e é constituída por duas grandes massas de relevo a Serra do Caldeirão, a oeste, e a do Monchique, a este, que descem em anfiteatro na direcção do mar (fig. 1). O restante território compõe-se de formações mesozóicas e terciárias, parcialmente cobertas pela planície litoral pliocénica e sedimentos quaternários (Ribeiro *et alii*: 1987: 16 e 224-5 e Feio, 1983: 93-113).

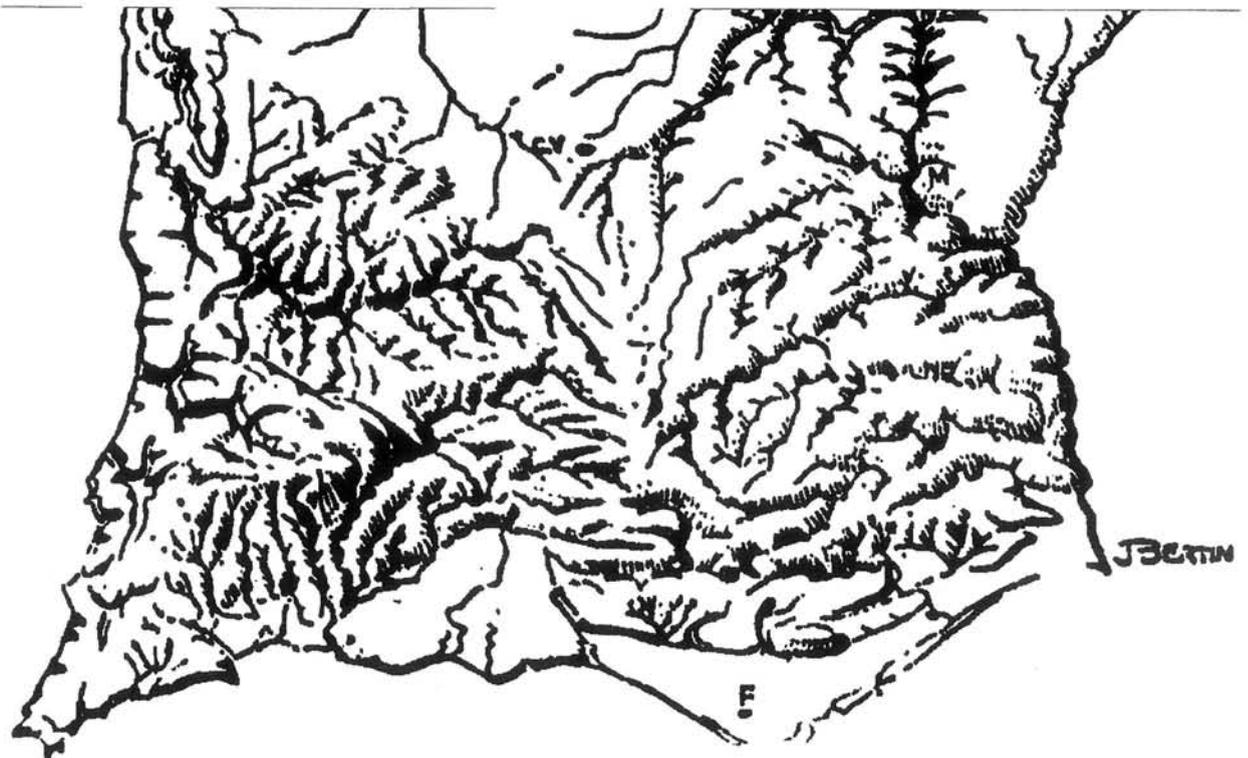


Fig. 1. Relevo do Sul de Portugal

mediterrâneo» (Ribeiro, s/d: 56) a região sempre esteve profundamente ligada à exploração dos recursos marinhos e ao comércio naval. A citada existência de boas manchas florestais assume, por isso mesmo, particular importância, já que fornece as matérias-primas necessárias à construção naval.

1.1. *A Arqueologia do Período Romano no Algarve*

Também do ponto de vista arqueológico o Algarve constitui um caso singular no panorama do actual território português. Foi sistematicamente prospectado e os seus locais de interesse arqueológico selectivamente sondados por Estácio da Veiga nos meados do século XIX, no âmbito de um pioneiro projecto de cartografia arqueológica, posteriormente continuado por Santos Rocha e Leite de Vasconcellos, entre outros. Infelizmente, a exaustiva e sistemática obra *Antiquidades Monumentaes do Algarve*, onde o primeiro reuniu o producto do seu labor, não chegou a ser concluída, tendo ficado apenas esboçados alguns dos capítulos relativos ao período romano, publicados a título póstumo nas páginas de «O Archeólogo Português». O segundo, cedo trocou no Algarve pela região centro do nosso país, com particular acção na zona da Figueira da Foz e o terceiro, em sucessivas «excursões arqueológicas», foi carreando importantes contributos para o conhecimento do passado da região, mas sem o carácter contínuo e sistemático que caracterizara a obra de Estácio da Veiga.

Praticamente sem interrupções, os sítios arqueológicos algarvios continuaram a ser inventariados e estudados por sucessivas gerações de investigadores locais ou estranhos à região. Para não alongar demasiado a lista, cite-se a tese de licenciatura de Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos que, recuperando o gigantesco acervo de dados coligido pelo seu antepassado, acrescentado pelos contributos posteriores, no princípio da década de 70 apresentava um extenso esboço da carta do povoamento do Algarve na época romana (Santos, 1971-2) e, mais recentemente, o labor desenvolvido pelo grupo da Carta Arqueológica do Algarve (CAALG) dirigido por Victor dos Santos Gonçalves (1979 e 1981) e posteriormente continuado por Helena Cantarino (1988), principalmente na metade oriental da região, por Teresa Júdice Gamito, em Faro (1991a e 1991b), Alvor e Serra Algarvia, Carlos Tavares da Silva, Mário Varela Gomes (1987) nas áreas de paisagem protegida da Costa Vicentina (Sudoeste) e Ria Formosa (cordão litoral do Centro e Este), entre muitos outros trabalhos de âmbito pontual ou regional).

Os dados actualmente disponíveis sobre as diversas formas de povoamento que o Algarve conheceu em época romana encontram-se reunidos e cartografados no gigantesco inventário elaborado por Jorge Alarção (1988) e nos volumes da Carta Arqueológica de Portugal que o IPPC/IPPAR tem em curso de publicação (Passos, 1989 e Marques, 1992). Assim, por comodidade de referência e para não sobrecarregar o texto com citações bibliográficas, todos os sítios arqueológicos mencionados ao longo do presente texto serão acompanhados pelos números de código constantes quer num, quer nos outros, quando ali não figurarem.

Deve sublinhar-se, porém, que este panorama apresenta enormes limitações. Se, por um lado, pela extensão e exaustividade dos trabalhos desenvolvidos, pode considerar-se minimamente representativo do povoamento do Algarve no período romano, por outro, a ausência de estudos monográficos sobre os diferentes sítios a escassez das áreas abrangida pelas escavações, sempre que existiram, bem como o facto de, na maior parte dos casos, terem sido efectuadas

ainda no século passado reduz substancialmente a qualidade da informação disponível. Para além do mais, vicissitudes várias que não poderão ser aqui extensamente tratadas conduziram ao descaminho de muitas das peças recolhidas, à perda de informação importante sobre proveniências de artefactos e circunstâncias de recolha e a uma enorme fragmentação das colecções, dispersas por inúmeros museus locais e regionais, pelo Museu Nacional de Arqueologia, pelos espólios de antiquários e coleccionadores, etc... Como se tudo isto não bastasse, a recente e desenfreada explosão do turismo algarvio, particularmente das zonas do litoral, feito à margem de qualquer planeamento ou de acções de salvaguarda mínima dos valores patrimoniais, acarretou incontáveis destruições, infelizmente irreversíveis, tanto em sítios já conhecidos como em áreas que nunca foram objecto de escavações ou prospecções.

Finalmente, deve sublinhar-se que a dinâmica geomorfológica das costas algarvias denota dinamismos que o arqueólogo não deve ignorar: um acenturado assoreamento das zonas de estuário, um generalizado afundamento das áreas litorais e conseqüente recuo de arribas e cordões dunares, para além da notória instabilidade de toda a área da actual reserva natural da «Ria Formosa». Estas modificações, insuficientemente estudadas, limitam os nossos conhecimentos sobre o povoamento do litoral, indispensáveis a uma correcta avaliação da sua ocupação e utilização no período romano.

Todas estas lacunas e deficiências de informação condicionam fortemente a análise que se segue e ajudarão a explicar as razões da deliberada assumpção de um discurso no condicional ao longo destas «considerações». A consciência destas limitações afigurase igualmente indispensável para sublinhar o carácter hipotético das explicações avançadas.

2. O ALGARVE NO PERÍODO ROMANO

Face aos dados disponíveis, podemos afirmar que, nos primeiros tempos da conquista romana ou, pelo menos, desde o século I a.C., o território algarvio apresentava uma feição francamente mediterrânea nas formas do seu povoamento, com um significativo número de centros urbanos ou, no mínimo, de lugares centrais em vias de o ser. Devido às características peculiares da região, acima esboçadas, pode dizer-se que esta rede de centros polarizava a totalidade do *litoral* e *barrocal*, afinal uma estreita faixa de terreno com não mais de 23 km. de largura (Feio, 1983: 107).

2.1. Os Centros Urbanos (fig. 3)

Na época da conquista romana, o extremo meridional do actual território português tinha já uma longa história de contacto e interacção com as áreas mediterrâneas, de que constitui, aliás, um prolongamento natural. Para além do mais, como atrás se referiu, a sua peculiar geografia abria-o mais aos contactos por via marítima, do que a qualquer penetração pelos difíceis caminhos que sobem a *serra*. Parece indiscutível, também, que dispunha de uma rede de lugares centrais de características proto-urbanas, senão mesmo urbanas, que se distribuía desigualmente pela franja litoral, com um caso conhecido no *barrocal*, que garantia, de facto, uma cobertura total de todo o território, à excepção da *serra* provavelmente, um caso à parte nas dinâmicas e estratégias do povoamento local.

Começando de Este para Oeste, encontramos na foz do Guadiana:

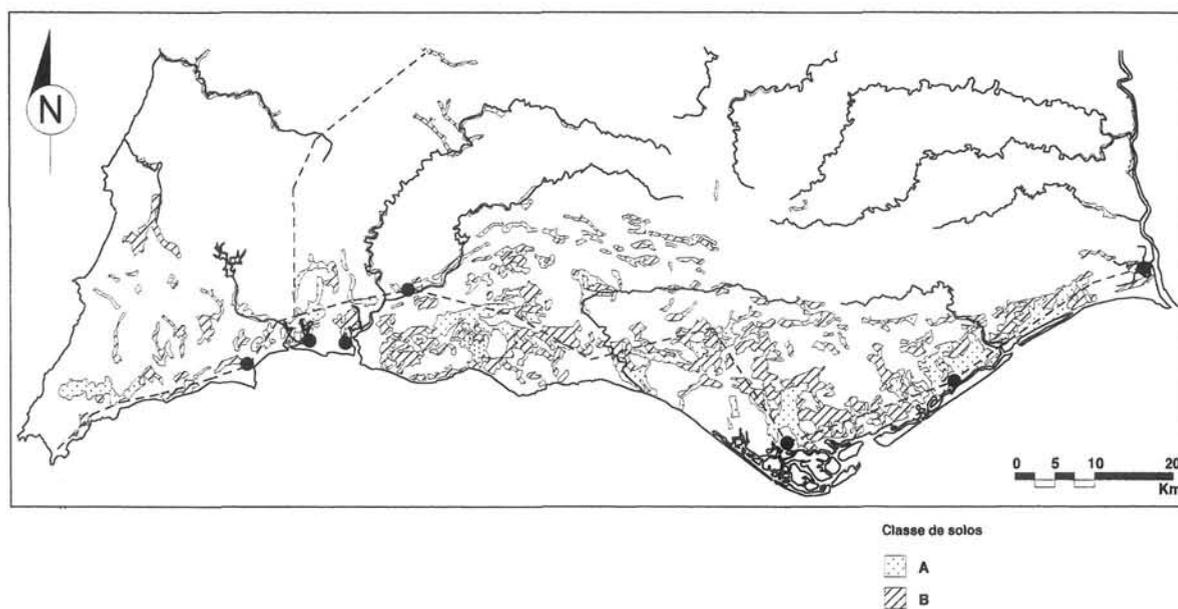


Fig. 3. *Centros Urbanos*

2.1.1. *Baesuris* (8/263) fig. 3

Implantada sob o actual castelo de Castro Marim, um lugar dominante actualmente rodeado de áreas de sapal. Embora não haja dados concretos de carácter paleográfico, afigura-se possível que, na época, constituísse uma península, sobranceira ao amplo estuário do Guadiana. Recentes escavações, infelizmente interrompidas, efectuadas sob a direcção de Ana Margarida Arruda revelaram uma impressionante sequência de ocupações que se estende, aparentemente sem interrupções, desde o Bronze Final ao período romano (Arruda, 1991: 137-148). Cunhou moeda no período tardo-republicano (Faria, 1987: 1).

As escavações não permitiram caracterizar as ocupações posteriores aos inícios do período imperial, contudo, as categóricas referências do *Itinerário* de Antonino atestam a continuidade da ocupação, pese embora, talvez sem o esplendor de outras eras (Arruda, 1991: 137-148).

As razões da sua implantação e prosperidade devem relacionarse com o controle da circulação no Guadiana, importante via de escoamento das riquezas mineiras do interior. Deveria encontrarse em íntima relação com o centro de *Myrtilis*, sob a actual Mértola, localizada, por sua vez, praticamente no extremo navegável desta importante via fluvial.

Ainda hoje é zona de importante salinicultura e, embora não se conheçam vestígios de centros para produção de preparados de peixe associados ao estuário do Guadiana, é provável que o forno (ou fornos) de ânforas de Olhos de S. Bartolomeu, implantado(s) junto ao esteiro da Carrasqueira, produzisse contentores para preparados de peixe processados nas suas imediações (v. Fig. 4 e Anexo 1). Certamente por deficiência de informação, Edmonson localizou em Vale do Boto um centro de fabrico de ânforas (1987: 277 e fig. 6.2.c.; 1990: 136 e fig. 2C). No local, foi somente identificado um habitat romano, onde apareceram ânforas, e escavado um povoado muçulmano (Gonçalves *et alii*, 1980, Catarino *et alii*, 1981 e Catarino, 1988).

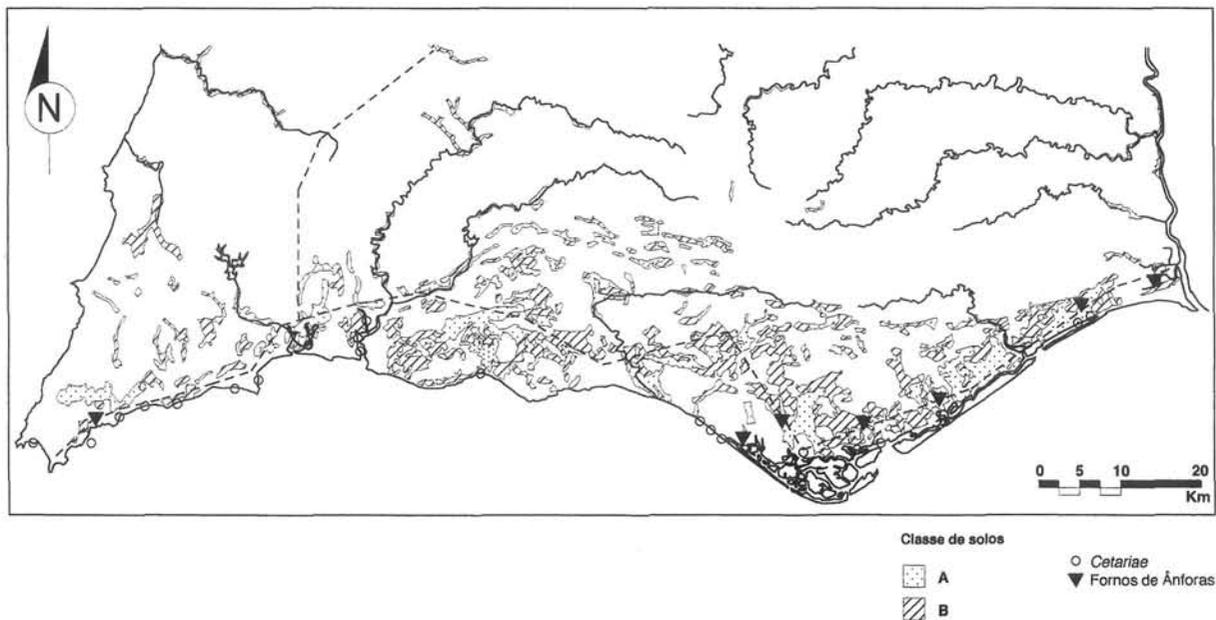


Fig. 4. *Exploração de Recursos Marinhos*

As causas do seu declínio poderão dever-se ao enchimento do estuário, que a afastou irremediavelmente do rio e do mar. No século XIII, à data da conquista cristã, não possuía já qualquer relevância regional, tendo sido substituída pela fortaleza de Cacela (Ribeiro, s/d: 81, Coelho, 1972: 49-51 e García, 1986: 74). Foi repovoada, ganhando nova relevância por ser núcleo de fronteira do novo reino de Portugal (García, 1986: 75-6). Em época mais recente seria definitivamente substituída pelo setecentista porto de Vila Real de Santo António. E interessante assinalar que ainda nos meados deste século, daqui se escoava o produto da exploração das minas de S. Domingos, Mértola (Feio, 1986: 137), já em laboração no período romano e talvez mesmo antes.

2.1.2. *Balsa* (8/318) fig. 3

Implantada junto ao litoral nas proximidades de Luz de Tavira a cidade de *Balsa*, a julgar pelo topónimo, existiria já em época pré-romana, embora se desconheça desde quando. Os descontínuos trabalhos arqueológicos que ali se têm efectuado desde o século passado —certamente, menos relevantes que as destruições sofridas—, não revelaram quaisquer materiais anteriores ao período tardo-republicano, época em que terá cunhado moeda. Segundo Vasco Mantas, teria sido elevada à dignidade de *município* sob os flávios (1990: 192-3). Este mesmo autor identificou vestígios de um cadastro em redor da cidade e valorizou devidamente a diversidade de recursos de que dispunha. Tomando *Baelo* como modelo, defende que as invasões do século III teriam marcado o início da decadência da cidade, precipitada no século V (Mantas, 1990: 199). Contudo, entre os materiais depositados no MNAE e recolhidos nas escavações que o local conheceu figuram suficientes indícios de uma continuidade da ocupação, aliás já claramente referida por Leite de Vasconcellos (1917: 126), e parece-me bastante provável, como adiante se explicará, que, ao contrário do que pretende Mantas, tenha sido justamente a decadência dos centros da *Baetica* que possibilitou um período de particular prosperidade para as cidades algarvias.

O mesmo autor (Mantas, 1990: 197-8), seguindo Maria Luísa V. S. Pereira (1974-7), defendeu a origem balsenses das ânforas da Classe 22 (= «Almagro 50» / Keay XVI) com as marcas LEV. GEN, OLYNT e AEMHEL (v. anexo 1). No entanto, o estudo recente destes materiais, particularmente a sua composição mineralógica não autorizam uma identificação categórica —embora também não a excluam— e a associação a materiais de construção com marcas análogas, que Mantas refere, resulta certamente de um equívoco, já que não apareceu qualquer *tegula* com estas marcas em Torre de Aires, mas sim em Portimão (Pereira, 1974-7: 246-8).

Entre os materiais de Torre de Aires depositados no MNAE de Lisboa figura um fragmento de ânfora da Classe 23 (= Almagro 51c / Keay XXIII) deformado por excesso de cozedura, achado típico das zonas onde existiram fornos (V. Fig. 4 e Anexo 1). No entanto, o dito fragmento poderá ter sido recolhido em outro lugar do Algarve, visto que são bem conhecidas as vicissitudes por que passou o conjunto de materiais recolhido por Estácio da Veiga até ao seu depósito e inventário definitivo.

De qualquer modo, se houve produção de ânforas para o transporte de preparados de peixe em *Balsa*, não parece ter sido anterior aos inícios do século III. Esta, poderá relacionar-se com as *cetariae* identificadas nas suas proximidades, designadamente, em Cacela (8/282) e Quinta Do Muro (8/281), havendo ainda vagas notícias de um forno no lugar da Manta Rota (8/296) (Vasconcellos, 1919-1920: 229) que poderia ter produzido ânforas (v. fig. 4) e que, se assim fôr, deverá relacionar-se com estes dois lugares; para além da própria quinta de Torre de Aires (8/318), Tavira, onde se identificaram, também, estruturas para a transformação do pescado (fig. 4).

Uma vez mais, e à semelhança do que aconteceu com *Baesuris*, terão sido alterações verificadas no litoral, provavelmente associadas a novas estratégias de povoamento que terão motivado a decadência de *Balsa* e a sua substituição por Cacela, ao que parece o grande centro regional no século XIII, igualmente implantado junto à costa, mas com condições naturais de defesa, e por Tavira, resguardada no interior, mas com acesso directo ao mar através do rio Gilão.

2.1.3. *Ossonoba* (8/322) fig. 3

Situada sob a actual cidade de Faro, *Ossonoba* terá sido o mais importante núcleo urbano do actual Algarve sob o domínio romano. Recentes notícias parecem indicar que o local já seria frequentado, ou mesmo ocupado, num momento precoce do I Milénio a.C. (Gamito, 1991b: 300-301), podendo, por isso, ter conhecido uma evolução análoga à de *Baesuris*. Várias escavações em curso, sob a direcção de Teresa Júdice Gamito, poderão brevemente enriquecer o nosso conhecimento sobre a cidade antiga, para já limitado aos dados das antigas escavações e à epigrafia.

Vasco Mantas compilou e analisou recentemente os dados disponíveis sobre *Ossonoba*, sublinhando o conjunto de informações sobre a mesma em tempos pré-romanos e os seus precoces contactos com Roma (Mantas, 1990: 182-3). Tal como *Baesuris* e *Balsa*, cunhou moeda no século I a.C. e teria recebido o estatuto municipal ainda sob os Júlios-Cláudios, provavelmente na época de Cláudio (*Idem*: 183).

Parece indubitável que terá sido desde a época romana o grande centro regional, nunca abandonado apesar da sua localização, mesmo nas épocas em que a estratégia de povoamento opta pela fuga do litoral e o refúgio no interior junto

aos grandes cursos de água. Sob o domínio romano, parece ter conhecido um particular desenvolvimento a partir do século III (*Idem*: 183-189), provavelmente beneficiando também das dificuldades sentidas por essa época pelas cidades da *Baetica*.

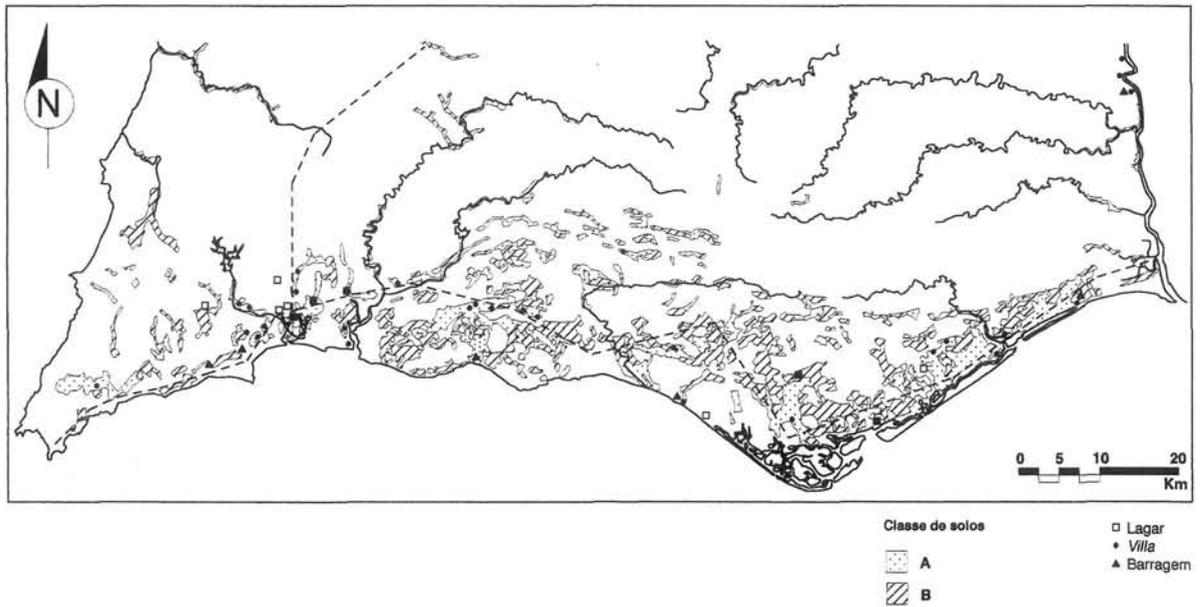
O seu carácter cosmopolita e mercantil, já devidamente sublinhado por Vasco Mantas (*Idem*) parece ter tido na exploração dos recursos marinhos uma das suas principais componentes. Conhecem-se várias estruturas destinadas à produção de preparados de peixe no seu subsolo (Alarcao, 1988, Mantas, 1990: 185 e Gamito, 1991a) e na sua área de influência, designadamente em Olhão (8/323) e Quinta de Marim (8/311), a Este, e Quinta do Lago (610.2.3. - Marqués, 1992), Loulé Velho (8/300), Quarteira (8/299) e Cerro da Vila (8/298), a Oeste (fig. 4).

Associados a estes centros de transformação parecem estar os fornos de Alfanxia, Olhão (8/*), S. João da Venda, Faro (8/305) e Quinta do Lago, Loulé (610.2.3) (v. Fig. 4 e Anexo 1). Os primeiros, conhecidos somente por breves referências (Mascarenhas, 1974), terão produzido ânforas da forma Almagro 51a-b (= Keay XIX/XXI), tal como os de S. João da Venda (Fabiao/Arruda, 1990). Os da Quinta do Lago fabricaram, aparentemente, duas classes diferentes: a Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII) e, em menores quantidades, ânforas da Classe 22 (= «Almagro 50» / Keay XXII) (Arruda/Fabiado, 1990). Uma vez mais, todas estas ânforas são características do período posterior aos inícios do século III e, particularmente as primeiras (Almagro 51a-b / Keay XIX/XXI), muito difundidas nos séculos IV e V. Em depósito nos museus não se encontra nada que possa ser considerado un «tipo local» de contentor associado a estes fornos, como defendeu Edmonson (1987: 277 e 1990: 137) e o conjunto de fragmentos que primeiramente identificámos como pertencentes a ânforas da Classe 20/21 (Arruda/Fabiao, 1990: 202 e fig. 58) corresponde, na realidade, a diferentes fragmentos de suportes cerâmicos, idênticos aos conhecidos em outros centros oleiros da Lusitânia, certamente relacionados com as operações de fabrico dos contentores.

2.1.4. *Portus Hannibalis* (7/117-7/146 ?) fig. 3

Ao contrário do que acontece com todos os centros anteriormente descritos, as nossas informações sobre o *Portus Hannibalis* são escassas e reportam-se, exclusivamente, a fontes escritas. Não sabemos se cunhou moeda, não conhecemos quaisquer dados epigráficos e ignora-se a sua localização precisa.

Pelo nome, supõe-se que teria sido fundado no século III a.C. por Aníbal Barca e que se situava no Oeste algarvio. De entre as várias propostas de localização, a mais corrente aponta as imediações da actual vila de Portimão, na margem direita do rio Arade, junto do estuário. Nesta área foram identificadas estruturas de época romana em Portimões (7/117), junto do convento de S. Francisco (7/146) e em outros lugares das suas proximidades (fig. 4 e 5), mas nada que se possa relacionar com a presumida fundação bárcida. Recentemente, dragagens efectadas no estuáriado do rio Arade revelaram a presença de abundantes materiais arqueológicos, entre os quais se destacam cerâmicas campanienses e ânforas do período tardo-republicano (Silva *et alii*, 1987) o que, convenhamos, embora interessante resulta insuficiente para uma identificação categórica.

Fig. 5. *Povoamento Rural*

Também este local forneceu vestígios de estruturas para a produção de preparados de peixe, nas duas margens do estuário: Portimões (7/117 e 7/146), na margem direita, e Ferragudo (7/147), na margem esquerda. A montante, na margem esquerda, foi recentemente identificado u, novo local com *cetariae*, o sítio Baralha 2 (594.4.6 - Marqués, 1992) (fig. 4).

A admitirnos a implantação de um núcleo urbano no estuário do Arade, deveremos considerá-lo em articulação como o outro centro urbano das margens deste rio: *Cilpes*.

2.1.5. *Cilpes* (7/112?) fig. 3

O Núcleo urbano de *Cilpes* deve localizar-se no Cerro da Rocha Branca, importante sítio arqueológico sobranceiro ao rio Arade, na sua margem direita, que infelizmente foi recentemente destruído. Antes das destruições, os arqueólogos Mário e Rosa Varela Gomes conseguiram identificar uma extensa ocupação humana, que parece remontar ao segundo quarto do I Milénio a.C. (Gomes, 1992: 136), prolongando-se até ao Baixo Império (Gomes *et alii*, 1986 e Gomes, 1988: 23-5). Num momento impreciso, mas talvez posterior ao século IV, o núcleo urbano transferiu-se para o local onde hoje se ergue a cidade de Silves (Gomes, 1988: 25). Esta transferência não implicou, porém, o abandono do núcleo anterior, como os dados arqueológicos demonstram (Gomes *et alii*, 1986).

De *Cilpes* conhecem-se, também, cunhagens do século I a.C., atestando a sua importância nesta época. Embora a sua implantação se pareça dever à proximidade de importantes jazidas mineiras, a sua localização permitia-lhe a exploração de recursos diversificados, tanto agro-pecuários como silvícolas, sem esquecer as potencialidades proporcionadas pela navegabilidade do rio (Gomes, 1988: 23-5). Justamente no período muçulmano, quando a estratégia de habitat denota preferência por lugares recuados em relação ao litoral, mas com fácil acesso ao mar, a cidade de Silves, herdeira do antigo núcleo, viveu a sua época de maior esplendor.

2.1.6. *Ipses* (7/145) fig. 3

No lugar de Vila Velha, Alvor, na margem esquerda do amplo estuário da ribeira de Oxiáxere, onde se tinham já registado achados de materiais de várias épocas e onde diversos autores localizavam, também, o *Portus Hannibalis* foram recentemente escavadas por Teresa Júdice Gamito diversas estruturas do período romano republicano. Entre os materiais recolhidos figuram duas *tesserae* de chumbo da ceca de *Ipses*, de que se conheciam já algumas moedas de bronze, datáveis do século I a.C. (Faria, 1987: 2 e 1988).

Partindo do pressuposto de que a moeda de chumbo não circularia fora da área da sua cunhagem, António Faria defende a localização de *Ipses* em Vila Velha. Teríamos, assim, um novo centro urbano no barlavento algarvio. Só a publicação dos resultados das escavações arqueológicas permitirá precisar as características do núcleo, bem como a cronologia da sua ocupação.

Uma vez mais, regista-se a presença de um complexo de *cetariae* nas suas imediações, mais concretamente na praia do Vau (7/111), na margem direita do estuário da ribeira (fig. 4).

2.1.7. *Lacobriga* (7/139-7/140 ?) fig. 3

Sobre *Lacobriga* temos, no estado actual dos nossos conhecimentos, um panorama análogo ao exposto para o *Portus Hannibalis*: conhecemos o local por referências textuais, mas não existe outro tipo de informação que nos esclareça sobre a sua exacta localização ou relevância regional.

Tradicionalmente, o antigo núcleo tem sido localizado ou no Monte Molião (7/139), na margem esquerda do estuário da ribeira de Bensafrim, também conhecida por rio de Lagos, ou sob a actual cidade de Lagos (7/140). No primeiro, foram recolhidos materiais de tipo ibero-púnico, designadamente lucernas (Viana *et alii*, 1953: Lâm. IV), bem como materiais romanos alto-imperiais; e no segundo, foram identificadas diversas estruturas romanas associadas à exploração de recursos marinhos, com materiais de diferentes épocas, incluindo o Baixo-Império. Finalmente, em dragagens efectuadas no estuário do rio foram recolhidos materiais arqueológicos, dos quais os mais antigos remontam ao século I d.C.

Independentemente da exacta localização da cidade de *Lacobriga* resulta evidente que também este estuário se encontrava povoado nas suas duas margens em época romana. Uma vez mais, regista-se a presença de estruturas destinadas à transformação do pescado, tanto no subsolo de Lagos (7/140), como na vizinha praia da Senhora da Luz (7/141) (fig. 4).

O extremo Oeste do território algarvio, o *Hiéron Akrotérion* de Estrabão ou o *Sacrum Promunturium* dos autores latinos, embora fosse frequentado por motivos religiosos era inóspito e não possuía grandes núcleos populacionais, como refere o geógrafo grego (III, 1, 4). Não temos motivos para pensar que esta situação se tenha alterado durante o período do domínio romano.

2.1.8. Comentario v. Fig. 3

Assim, podemos afirmar que o Algarve, à data da conquista romana, era um território fortemente urbanizado, à semelhança do que se verificava com a vizinha Andaluzia de que constituía un natural prolongamento geográfico. A consciên-

cia desta continuidade cultural e territorial parece, aliás, explícita no próprio texto de Estrabão (III, 2, 4-5).

No sotavento, os centros urbanos distribuem-se regularmente ao longo da costa, com distâncias de cerca de 30 km. entre si. A partir da zona de Quarteira e até ao estuário do Arade a costa torna-se escarpada, apenas com pequenas reentrâncias baixas correspondentes às desembocaduras de linhas de água medíocres (fig. 1). Aqui, não se regista a presença de qualquer centro urbano e mesmo as outras formas de povoamento rareiam, preferindo claramente implantações mais interiores, já que por ali existem solos de boa aptidão agrícola. Na extremidade oposta, particularmente na grande reentrância que se estende desde a foz do Arade até ao amplo estuário, hoje muito assoreado e alterado, da ribeira de Bensafrim ou rio de Lagos, regista-se uma inusitada concentração de núcleos relevantes de povoamento que, todavia, poderia apresentar uma outra feição, caso estejam erradas as estimativas de implantação das problemáticas *Lacobriga* e *Portus Hannibalis*. Seja como for, resulta evidente que a rede de centros urbanos é antiga e suficiente para ter funcionado como factor de «urbanização» dos campos, tal como se verificou em outras áreas da Hispânia romana.

2.2. O Povoamento Rural (fig 5.)

A observação das diferentes «Cartas Arqueológicas do Algarve», desde o primeiro esboço geral de Estácio da Veiga (1910), às recentes sínteses de Jorge Alarção (1988) e aos levantamentos promovidos pelo IPPAR (Passos, 1990 e Marques, 1992), passando pela de Maria Luísa Santos (1971-2) e pelas sectoriais de Helena Catarino (1988) e Varela Gomes e Tavares da Silva (1987), sugere a existência de um denso povoamento na época romana, disseminado por todo o território, com especial predilecção pelo *litoral* e *barrocal*. Infelizmente, este amplo conhecimento dos pontos de povoamento não tem sido acompanhado de um esforço análogo de determinação das suas características e cronologias, pelo que nos vemos bastante limitados na sua interpretação. Como o presente estudo partiu das propostas específicas de Edmonson e Gorges, como atrás se referiu (0), importava, antes de mais, seleccionar o conjunto de pontos que poderia ser enquadrado na classificação genérica de *villae*, nos moldes em que Gorges tipificou esta forma de povoamento (Gorges, 1979:).

2.2.1. As *Villae* do Algarve

Por falta de melhores e mais seguros indicadores, optei por seleccionar, de entre o conjunto de sítios arqueológicos com ocupação do período romano, todos aqueles onde se detectou a presença de mosaicos, fustes de colunas ou capitéis, indicadores da presença em ambiente rural, de edifícios de carácter urbano. Foram excluídos os diversos locais cartografados que não apresentavam vestígios arquitectónicos relevantes. Este critério, naturalmente discutível, pareceu-me ser o único seguro, já que se me afigurava falaciosa a adopção de outros, designadamente o da presença de cerâmicas finas importadas. Se valorizasse este dado, estaria certamente a perpetuar vícios de recolha de informação e, eventualmente, a incluir nesta categoria sítios tão diversos, como necrópoles ou grandes povoados com capacidade para adquirir estes materiais, neste caso, facilitada pela proximidade do mar. Contudo, tenho consciência que terão ficado excluídos, por falta de melhor caracterização, alguns locais que poderão ter conhecido

a implantação de *villae*, como por exemplo o sítio da Lezíria (8/264), nas proximidades de *Baesuris*, onde foi recolhido um abundante lote de cerâmicas finas (Arruda/Dias, 1985).

Na cartografia das *villae* foram incluídas, ainda, duas outras realidades estreitamente relacionadas com o mundo rural; os vestígios de lagares e as barragens (fig. 5).

No caso dos primeiros, infelizmente, só raras vezes está inequivocamente demonstrado o seu enquadramento no período romano, já que a maioria é documentada ou pela presença de pesos das prensas —na praia, junto a Loulé Velho (8/300) e em Almadanin (594.2.1.)— ou pela presença das estruturas escavadas na rocha —Vale do Marinho (7/102), Vidigal (7/98) e Fonte Velha (7/90)—, aparecidos, uns e as outras, junto de locais com ocupação romana. Quanto aos restantes, sem qualquer dúvida integrados em *villae* —D. Menga (8/314), Quinta de Marim (8/311), Milreu (8/304), Vale de Arrancada (7/114), Monte da Torre (7/103) e Abicada (7/107)—, desconhecemos a cronologia do seu funcionamento (fig. 5).

Quanto às barragens (fig. 5) (Quintela *et alii*, e Cardoso *et alii*, 1990), cuja associação a diferentes formas de povoamento parece, contudo, inquestionável, estão maioritariamente ligadas ao mundo rural: a do Alamo serve a *villa* do mesmo nome (8/225), a de S. Rita serviria a Quinta do Muro (8/282), a de Vale Tesnado o Cerro da Vila (8/298) e a da Fonte dos Mouros um dos centros do território de *Cilpes* (Cardoso *et alii*, 1990: 2.6.). As restantes, poderiam servir centros de produção de preparados de peixe: Armação de Pera (7/152) e a de Espinche (*Idem*: 2.7.), talvez o centro da Senhora da Luz (7/141); e a da Fonte Coberta (7/138) eventualmente a própria cidade de *Lacobriga* (Alarcao, 1988: 183) o que pressupõe uma localização da mesma na margem direita da ribeira de Bensafrim, isto é, sob a actual Lagos.

A carta de distribuição apresentada defronta-se, todavia, com uma dificuldade de momento insuperável: a das cronologias de ocupação. A mera consulta da listagem do Anexo 3 esclarece cabalmente sobre a extensão do problema. De 36 sítios seleccionados, dispomos de alguns indicadores cronológicos para 18, isto é, para metade, e somente na Quinta de Marim (8/311), Milreu (8/304), Cerro da Vila (8/298) e Abicada (7/107) se efectuaram extensas escavações no nosso século, embora em nenhum dos casos se tenha verificado a sua publicação integral. O esclarecimento desta situação é essencial para que se possa compreender como é frábil a leitura que aqui se apresenta, apesar do grande número de sítios considerado. Esta ausência de dados concretos, de elementos precisos de datação, para a maior parte dos casos, transforma esta carta num «palimpsesto» onde, provavelmente, se misturam momentos diversos de ocupação. Somente a título de exemplo, refira-se que inclui dois sítios como a *villa* da Senhora do Pilar (7/123), com um abundante lote de materiais do século I recolhidos à superfície, mas nada seguramente posterior, e a de Torrejão Velho (596.3.8.), nas suas proximidades —não deve ser confundida com a sua homónima do concelho de Tavira (8/324)—, sobre a qual não possuímos nenhum indicador cronológico e que, por isso mesmo, pode ter começado a ser ocupada num momento em que a de Senhora do Pilar já fôra abandonada...

Esclarecidas as limitações da presente abordagem, importa salientar algumas linhas de força que se podem considerar independentes de qualquer factor de ordem cronológica. Em primeiro lugar, resulta evidente a intenção de instalar

estes estabelecimentos junto a solos de boa aptidão agrícola, particularmente os da Classe A, sendo notória a preferência pela plataforma litoral. A norma de relação entre solos das Classes A e B e a presença de vestígios de *villae* não se verifica apenas no caso do Monte da Torre (7/103). Parecem evidentes, também, as duas tendências enunciadas por J. G. Gorges (1990) para a sua localização, a saber, a proximidade dos centros urbanos —praticamente todas se localizam a uma distância inferior aos 20 km sugeridos pelo modelo de Van Thünen—, e a proximidade das principais vias, tanto as terrestres, visível pelo confronto com a proposta de J. Alarcão (1988: 52 e 57-8), constante nas diversas cartas (fig. 3, 4 e 5), como a grande via fluvial que o Guadiana constitui neste particular, é notória a ocupação sistemática de pequenas manchas de solos agricultáveis, designadamente, em Alamo (8/255), Montinho das Laranjeiras (8/249) e Vale de Condes (Catarino, 1988: nº 3) aos quais haverá, provavelmente, que adicionar uma ocupação sob a actual Alcoutim (8/247) e outros núcleos de povoamento, que pontuam toda a margem direita deste rio (Alarcão, 1988: Folhas 8b e 8c). Desenquadrada destas duas tendências surge-nos apenas a *villa* de S. Margarida de Alte (7/80) claramente instalada no «barrocal», embora junto a solos das Classes A e B. A sua localização pode ser simplesmente marginal, ou relacionar-se com algum ramal do sistema viário secundário, que estabeleceria a ligação entre o Algarve e a península alentejana, através da *serra*.

Pelas limitações já expostas, resulta fácil compreender como são escassas as possibilidades de, no estado actual dos conhecimentos, reconstituir o quadro da economia destas *villae* algarvias. No entanto, parece-me legítimo afirmar que a geografia da sua distribuição em nada difere da que verificamos para outras regiões da Lusitânia e somente pela valorização excessiva de alguns casos pontuais, claramente minoritários no panorama geral, se poderá justificar a tese de uma qualquer originalidade do povoamento rural desta região. A exploração dos recursos marinhos, sem dúvida uma importante actividade, assume um carácter suficientemente diferenciado, tanto na implantação dos seus centros, como nas características que os mesmos possuem.

Como facilmente se nota, foram excluídas da presente lista (anexo 3) muitas das tradicionalmente chamadas «*villae*» algarvias, particularmente as do extremo Oeste do território, Senhora da Luz (7/141), Salema (7/131) ou Boca do Rio (7/132). Tal exclusão justifica-se pelo facto de todas elas se implantarem em áreas cujos solos não apresentam aptidões agrícolas. A desproporção entre a pobreza dos solos envolventes e a exuberância das suas construções, aliada à presença, em todas elas, de estruturas de *cetariae*, sugere uma opção de exploração de recursos marinhos que, na minha opinião, nada tem a ver com o mundo rural. No entanto, se resulta evidente, para mim, que seria abusivo classificá-las como *villae*, já não estou tão certo sobre a designação que deveremos dar-lhes...

Não se nega a existência de uma complementariedade entre recursos agrários e recursos marinhos, contudo, este fenómeno deve ser entendido mais numa perspectiva regional, do que propriamente no âmbito de um mesmo sítio com as possíveis excepções da Quinta do Muro (8/282), Quinta de Marim (8/311), Cerro da Vila (8/298) e Baralha 2 (594.4.6.), todos eles com vestígios de *cetariae* e implantados em zonas com boa aptidão agrícola.

Completando a paisagem rural algarvia, conhecem-se inúmeros aglomerados de menores dimensões, não enquadráveis, dentro do que se sabe, na categoria

de *villae*, disseminados quer no litoral, quer no «barrocal» e, inclusivamente, na «serra», embora nos faltem informações precisas sobre esta última região, normalmente menos prospectada. Os dados de campo dos trabalhos de Victor S. Gonçalves e Helena Catarino demonstram, contudo, que esta última região não seria tão despovoada como tradicionalmente se supõe. Normalmente todos estes sítios estão, tal como as *villae*, implantados nas proximidades de pequenas manchas de solos das Classes A e B.

2.3. A Exploração dos Recursos Marinhos (fig. 4)

A região do Algarve teve na exploração dos recursos marinhos uma das suas mais importantes componentes económicas. De há longa data era sabida que no período romano tais recursos já eram amplamente explorados, sendo inclusivamente objecto de exportação. O registo arqueológico forneceu abundantes elementos aos investigadores, particularmente estruturas como *cetariae*, anzóis e fornos de ânforas (Santos, 1971-2; Alarcão/Mayet, 1990). Por se tratar de uma região perfeitamente enquadrada na área mediterrânea peninsular, eventualmente relacionada com a cidade de *Gades* (Mantas, 199), e até dispormos de dados seguros, permanecerá de pé a hipótese de remontar a épocas pré-romanas o início da exploração deste tipo de recursos no litoral algarvio. No entanto, deve sublinhar-se que a informação disponível, como já foi referido (2.1), documenta sobretudo uma produção e exportação tardia, já do Baixo Império (v. anexos 1 e 2).

Ao longo do litoral encontram-se referenciados vinte e dois (22) locais onde se identificaram estruturas com *cetariae*, documentando de um modo inequívoco a enorme importância regional da exploração dos recursos marinhos. O mapa da sua distribuição merece alguns comentários. Em primeiro lugar, resulta estranha a sua ausência na foz do Guadiana e áreas adjacentes, ou seja, no território de *Baesuris*, tanto mais que se conhece nas proximidades daquele centro urbano uma olaria (8/292), que terá fabricado ânforas durante um extenso período de tempo, e que se encontra bem documentada a longa tradição suscitadas pelo assoreamento do estuário do Guadiana, actualmente agravadas pela proliferação de obras-públicas que, regra geral, não têm sido devidamente acompanhadas por arqueólogos.

Segue-se toda a extensão litoral hoje incluída na reserva natural da Ria Formosa, que envolve as antigas cidades de *Balsa* e *Ossonoba*. Aqui, embora sejam evidentes as grandes transformações ocorridas na orla costeira, conhecem-se diversos estabelecimentos com estruturas para transformar o pescado, quer nas proximidades imediatas das duas antigas cidades, quer nos seus arredores. Nesta zona encontramos também a maior concentração de fornos para o fabrico de ânforas até hoje identificados em terras algarvias. Pela sua implantação, parece evidente tratar-se de um bom exemplo daquilo que Edmonson definiu como produção de âmbito urbano, ou suburbano. Uma vez mais, as informações disponíveis não permitem determinar quando terá começado esta actividade. No entanto, os fornos minimamente conhecidos (8/318?, 8/*, 8/305 e 610.2.3) parecem ter laborado somente no Baixo Império, isto é, numa época não anterior aos inícios do século III e, fundamentalmente, no IV e, talvez, no V (v. Anexo 1).

Mais a Oeste encontramos um conjunto de três estabelecimentos, todos muito próximos entre si, nas imediações da actual vila de Quarteira, respectivamente,

Loulé Velho *8/300), praia da Quarteira (8/299) e Cerro da Vila (8/298). Os dois primeiros, actualmente muito destruídos pela acção do mar, poderiam ter pertencido a um mesmo complexo de grandes dimensões, terão conhecido ocupações antigas, recolheram-se, tanto num como no outro, moedas de *Carteia*, embora os vestígios mais numerosos datem de época tardo-romana. O terceiro, somente com duas pequenas *cetariae*, corresponde a uma *villa* romana com uma ocupação que se poderá ter iniciado no séc. I ou II, embora se tenha prolongado até à época medieval. A sua localização, a cerca de 15 km de *Ossonoba* sugere que, também eles, pertenceriam à área de influência imediata do antigo núcleo urbano.

Em todo a orla litoral que se estende desde Quarteira até à foz do Arade regista-se um único estabelecimento com *cetariae*, o da praia de Armação de Pera (7/152). Esta rarefacção de lugares utilizados para a implantação de estruturas deste tipo é compreensível, já que se trata de uma zona de arribas, com pequenas reentrâncias passíveis de utilização num regime de pesca artesanal, mas de dimensões modestas, ou seja, nada comparável como o que se verifica nos grandes centros de produção de preparados de peixe. Naturalmente, esta ausência de dados pode atribuir-se, em parte, a deficiências de prospecção, contudo, parece mais verosímil supor que a adversidade das condições geográficas justifique a sua ausência. O núcleo de Armação de Pera, uma vez mais, poderá associar-se ao conjunto de explorações da foz do Arade, já que dista da mesma apenas cerca de 12 km.

Na região compreendida entre o Arade e o rio de Lagos voltamos a encontrar uma concentração notória de estruturas consagradas à exploração dos recursos marinhos. Uma vez mais, parece significativa a associação entre estas e os centros urbanos, desde o núcleo de Ferragudo (7/147), o mais oriental, aos de Lagos (7/140) e Senhora da Luz (7/141). A concentração de outras formas de povoamento nesta mesma área parece também significativa. O facto de não conhecermos qualquer centro oleiro para produção de ânforas deverá devers-se somente aos acasos da prospecção, já que carece de fundamento a notícia de Beltran Lloris sobre uma produção de ânforas da Classe 19 (= Bel. IIb) em Lagos (Beltrán Lloris, 1990: 224), e não parece credível que todos estes centros pudessem ser abastecidos pelas olarias da praia do Martinhal.

Finalmente, assume características peculiares a existência de uma concentração de estruturas com *cetariae* no extremo ocidental algarvio. A zona parece à partida pouco favorável à instalação deste tipo de equipamentos, já que, tal como a região compreendida entre a Quarteira e a foz do Arade apresenta um litoral com arribas altas e pequenas reentrâncias, que correspondem às desembocaduras de pequenas linhas de água. Contudo, desde a praia do Burgau (7/143) até à do Beliche (7/159), praticamente todas as reentrâncias apresentam estabelecimentos deste tipo, inclusivamente, o pequeno ilhéu da Baleeira (7/161), em frente à praia do Martinhal (Gomes/Silva, 1987: 67-119). Todo este conjunto parece especificamente orientado para a exploração em grande escala dos recursos marinhos, com o apoio de um importante núcleo oleiro de, pelo menos, quatro fornos, instalado na praia do Martinhal (7/160). Esta actividade de produção e exportação de preparados de peixe funcionou aparentemente durante o século IV e V, visto que dispomos de um significativo *terminus post quem*, para a laboração do centro oleiro um fragmento de *sigillata clara D*, forma Hayes 61A, encontrado sob a câmara de combustão do forno III, por sua vez selada pela entulheira de um dos outros fornos que continuou em laboração.

O conjunto de estruturas desta área corresponde precisamente à maior concentração de locais onde se supõe a existência de *villae* onde os preparados de peixe seriam explorados como complemento das actividades agrícolas. Contudo, como se referiu a inexistência de solos de aptidão agrícola na área torna pouco aceitável esta interpretação. Por outro lado, a suposta presença de *villae* é deduzida da existência de equipamentos urbanos associados às *cetariae*, designadamente edifícios termais na Senhora da Luz (7/14) e Boca do Rio (7/132). Tal dedução não parece aceitável, já que a estreita relação entre termas e estabelecimentos para a exploração de preparados de peixe é bem conhecida em outros locais, designadamente na Ilha do Pessegueiro, Sines (7/34), na Comenda, Setúbal (5/318) e Tróia, Grândola (5/320), para citar apenas alguns casos da Lusitânia.

2.4. *A Economia do Algarve sob a Domínio Romano*

Com os dados actualmente disponíveis não é fácil tentar esboçar as características gerais da economia do território do Algarve sob o domínio romano. Contudo, parece-nos possível traçar um primeiro quadro hipotético que, naturalmente, terá de ser devidamente testado por futuras investigações.

Em primeiro lugar parece evidente que as formas de povoamento enquadráveis na designação genérica de *villae* escolhem para a sua implantação as áreas onde existem terrenos da Classe A, de maior aptidão agrícola e, somente em casos excepcionais —Baralha 2 (594.4.6), Cerro da Vila (8/298), Quinta de Marim (8/311), Loulé Velho (8/300) e, talvez, nos estabelecimentos dos arredores de *Balsa*— se encontra documentada uma associação entre explorações agrárias e estruturas destinadas ao processamento do pescado. Deve salientar-se, porém, que o único caso minimamente conhecido, o do Cerro da Vila, apresenta somente dois pequenos tanques, provavelmente destinados somente a uma produção para consumo local. Nos outros casos, não existem garantias mínimas de uma real associação entre as eventuais *villae* e as *cetariae*. De qualquer modo, em qualquer dos casos citados, existem potencialidades efectivas de exploração de recursos diversificados. Refira-se, ainda, que o facto de se terem identificado vestígios de tanques com revestimento de *opus signinum* não autoriza a sua classificação como *cetariae*, já que, por exemplo, os tanques da Abicada (7/107), pela sua localização não parecem destinados à produção de preparados de peixe, como tem sido sugerido.

A ausência de investigações sistemáticas impede-nos de avaliar com segurança o panorama da agricultura algarvia do período romano. Tendencialmente, seríamos levados a supor que a clássica tríade mediterrânea de cereais, azeite e vinho constituiria uma importante componente, sem esquecer, todavia, o peso que os hortícolas têm na alimentação e, no caso concreto do Algarve, a relevância que já poderiam ter os frutos, frescos ou secos.

Sobre os primeiros, estamos, à partida, fortemente limitados. Sobre a produção cerealífera, na época, nada sabemos. A existência de algumas estruturas de lagar, presumível ou seguramente romanos, parece indicar a produção de vinho e, eventualmente, de azeite. De entre estas estruturas, são seguramente romanos, os lagares de vinho de Abicada (7/107) (Viana *et alii*, 1953: 128-129), Vale da Arrancada (7/114) (Santos, 1972: 187-190), Milreu (8/304), Quinta de Marim (8/311). Presumivelmente romanos e destinados à produção de azeite teriam sido os lagares de Loulé Velho (8/300), Dona Menga (8/314), Almada-

nim (594.2.1), Monte da Torre (7/103), todos eles identificados pela presença de prensas (v. fig. 5).

Para lá destas informações, podera ser pertinente o recurso a informações de períodos históricos mais recentes e o seu confronto com o registro arqueológico existente. Assim, resulta interessante verificar que a produtividade dos cereais no Algarve foi sempre extremadamente baixa, não faltando indicadores de privilégios para os importadores e menções a abastecimentos vindos do exterior, por não se conseguir obter localmente a quantidade necessária para prover às necessidades das populações (Marques, 1968: 145, Ribeiro, s/d: 84 e Balbi, 1822: 148). Naturalmente, estes dados não autorizam a conclusão de que no período romano a produtividade das searas fosse insuficiente para as necessidades locais. No entanto, é de supor que as limitações pedológicas não permitissem um grande desafio neste domínio.

A cultura da oliveira não se encontra amplamente disseminada, no Algarve (Ribeiro, 1979) e o azeite local é considerado de má qualidade desde há longa data, sendo a região tradicional importadora deste óleo vegetal (Balbi, 1822: 150 e Feio, 1983: 117). Quando no século XIX se iniciou a nova era das conservas algarvias, uma vez mais, se recorreu à importação de azeite para a indústria (Feio, 1986: 136). Embora não julgue lícito presumir pela importação de ânforas, que transportam determinado produto, a inexistência do mesmo no local de recepção, já que outros factores, como o consumo sumptuário ou a troca de ofertas, podem explicar estes intercâmbios, é interessante verificar que o registro arqueológico do Algarve apresenta diversos indícios de importação de azeite da *Baetica* e Norte de África no período romano em Torre de Aires (8/318), Quinta de Marim (8/311), Quinta do Lago (610.2.3), foz do Arade (Silva *et alii*, 1987), Cerro da Rocha Branca (7/112) (Gomes *et alii*, 1986) e Monte Molião (7/139). Pela abundância e dispersão destas importações, bem como pelos dados conhecidos para outras épocas, sugere que, de facto, a região não seria particularmente rica neste produto.

Já o vinho parece ter tido uma diferente relevância. Ao contrário do que acontece com o azeite, o vinho algarvio é produto de há longa data celebrado e tradicionalmente exportado em outros períodos históricos (Balbi, 1822: 151, Ribeiro, s/d: 81 e ss. e Garcia, 1986: *passim*). O registro arqueológico das ânforas importadas, documenta a presença de contentores de vinho, provenientes da Península Itálica e da vinzinha *Baetica*, mas apenas para o período tardo-republicano e inícios do século I. Sublinhe-se, contudo, que não se conhecem vestígios de exportações do vinho algarvio para fora do seu território no período romano, já que todos os fornos de ânforas conhecidos parecem ter fabricado exclusivamente contentores para preparados piscícolas, com uma possível excepção, adiante referida (v. anexo 1).

Em contrapartida, a exploração de produtos hortícolas e frutos de pomar, as principais produções agrícolas locais, atestadas desde o período muçulmano (Coelho, 1972: 41, 55, 61-2 e Ribeiro, s/d: *passim* e Garcia, 1986: *passim*) poderão mergulhar as suas raízes na organização de espaço rural promovida pelos romanos. De facto, se é difícil, à falta de dados arqueológicos determinar a extensão, ou mesmo a existência, de pomares, nesta época, mais interessante resulta verificar a existência de diversas barragens construídas no período romano em território algarvio (Quintela *et alii*, 1986 e Cardoso *et alii*, 1990). Aparecem regularmente distribuídas por todo o território (v. figura 5), desde o Alamo (8/255) até Espiche (Cardoso, *et alii*, 1990: 2.7.) e, se é certo que poderiam ter conhecido múlti-

plas utilizações, desde o abastecimento de termas em âmbito rural, aos abastecimentos urbanos, forneciam, sem dúvida, importantes recursos para a agricultura de regadio.

No que diz respeito à exploração de frutos, não estamos melhor informados. Registe-se, porém, a presumida existência de uma produção algarvia de ânforas com fortes semelhanças com a Classe 19 (= Beltran IIb) cujo conteúdo se desconhece. Como em outro local já se referiu (Fabiao/Guerra, *no prelo*), é possível que estes contentores se destinassem ao transporte de conservas de frutos, designadamente azeitonas. No entanto, para não construir sobre base quase inexistentes, limito-me a sugerir a possibilidade de remontar ao período romano a exploração e exportação de conservas de frutos algarvios, hipótese a confirmar em futuras investigações.

Parece, portanto, aceitável supor que a paisagem rural algarvia no período romano não teria sido muito diferente da existente em tempos medievais que note-se, subsistiu até aos nossos dias.

A economia algarvia do período romano, tinha na exploração dos recursos marinhos uma importante componente, aparentemente sem relação directa com o mundo rural. A implantação das estruturas destinadas à produção de preparados de peixe não sugere qualquer intenção de exploração complementar de recursos agrícolas, visto que não foram, na generalidade, e salvo os poucos casos citados, instalados em áreas com terrenos de aptidão agrícola acessíveis, nem tampouco há qualquer indicador preciso da associação entre aquela e estas actividades.

Pelas limitações do registro arqueológico disponível (v. anexo 2), não é possível estabelecer um quadro cronológico para o funcionamento dos centros de produção de preparados de peixe, muito menos, para os seus ritmos de laboração. Como já se referiu, é possível que a exploração destes recursos remonte a tempos pré-romanos, como acontece na área de *Gades*, ou a uma época imediatamente posterior à conquista, como sucede em *Baelo*. No entanto, deve sublinhar-se que não existe qualquer indicador que autorize estas suposições. Em termos mais concretos, seria possível fazer remontar a um qualquer momento do século I d.C., já que alguns dos sítios arqueológicos listados forneceram materiais desta época (v. anexo 2), embora a sua produção não se destinasse à exportação, visto que apenas um dos fornos de ânforas conhecidos, o de Olhos de S. Bartolomeu (8/292), tenha fabricado contentores neste período. A maior parte deles estava seguramente em actividade no Baixo Império, prolongando-se a sua utilização pelo século V e, talvez, o VI.

Combinando os poucos dados seguros fornecidos por estes locais e outros dados arqueológicos do Algarve, com a informação obtida nos diferentes fornos que produziram ânforas (anexo 1), verifica-se que a sua quase totalidade se enquadra cronologicamente no Baixo Império. Somente o(s) forno(s) de Olhos de S. Bartolomeu (8/292), precisamente o(s) mais próximo(s) da *Baetica*, parece(m) ter iniciado a sua laboração ainda no Alto Império o que, naturalmente, suscita a incómoda questão de saber se estaremos a tratar globalmente, como se de um processo unitário se tratasse, realidades, afinal, diferentes. Na impossibilidade de responder cabalmente a esta interrogação, resta-nos percorrer outros caminhos.

Uma vez mais, como as limitações já expostas quando se referiram as questões relativas às importações de ânforas oleárias e vinícolas, é interessante

verificar que o território algarvio recebeu nos séculos I e II d.C. contentores de preparados de peixe da *Baetica* —presentes em *Balsa* (materiais em curso de publicação), Quinta do Lago (materiais recolhidos por Ana Margarida Arruda), foz do Arade (Silva *et alii*, 1987), foz do rio de Lagos (Santos, 1971: 116-119 e fig. 39)— e da própria província da Lusitânia, provavelmente do vale do Sado - talvez um exemplar em *Balsa*, outro na Quinta do Lago (Arruda/Fabiao, 1990: 202) e na foz do Arade (SILVA *et alii*, 1987: 210-214). Embora não saibamos ainda qual a extensão e significado do fenómeno, verifica-se também uma apreciável importação de contentores de preparados de peixe da *Baetica* no interior alentejano, notória em *Vipasca* (materiais depositados no MSGP), nos sítios romanos de Castro Verde (Madeira, 1986), na *villa* de S. Cucufate, Beja, e sua área envolvente, onde chegam também as produções do vale do Sado (Alarcado *et alii*, 1990: 252-254). Parece significativo, por outro lado, que à *villa* da Vidigueira tenham chegado, embora em pequena quantidade ânforas tardias do Algarve (Alarcão *et alii*, 1990: 253).

Face a estes dados, afigura-se possível avançar uma primeira hipótese sobre a produção e exportação dos preparados de peixe no extremo meridional do actual território português. Numa primeira fase, eventualmente datável dos séculos I e II d.C., na época em que a exportação dos recursos marinhos da *Baetica* dominava os diferentes mercados do Império, o Algarve poderá ter começado a explorar os mesmos recursos, embora, aparentemente, não os exportasse, com a eventual excepção da zona do estuário do Guadiana. Esta excepção não deixa de ser interessante, já que poderá sugerir uma influência mais marcada de modos de vida béticos, no extremo oriental do Algarve. Num momento datável do século III e, seguramente, continuado no IV e V, pelo menos, a região terá intensificado a produção e, talvez, só então iniciado a sua exportação em moldes significativos, provavelmente tirando partido do declínio dos centros da *Baetica* e Norte de Africa (Ponsich, 1988). Assim, e ao contrário do que supôs Vasco Mantas (1990: 199) o que afectou *Baelo* e outros sítios costeiros da actual Andaluzia —quer tenham sido as correrias mouriscas, um abalo sísmico em outro qualquer fenómeno— poderá ter dado origem a um período de particular prosperidade para o Algarve.

Uma vez mais, como todas as reservas que a precaridade da informação disponível impõe, parece interessante verificar que a época tardo-romana nos apresenta esta região com uma apreciável circulação e entesouramento monetário, que contrasta fortemente com o panorama oferecido por épocas anteriores conhecem-se 9 tesouros dos fins do séc. IV ou inícios do V e em Loulé foi recolhida uma das poucas moedas de um imperador do século V no actual território português (Pereira *et alii*, 1974: Cartas 18 e 21). A continuidade do enquadramento nas redes de intercâmbios mediterrâneas está igualmente atestada pelas importações de cerâmicas finas, como a «*sigillata*» *focense* (= *late Roman C*), documentada na Quinta de Marim (8/311), Loulé Velho (8/300) e Cerro da Vila (Maia, 1978: 300-302 e Est. III).

Infelizmente, no estado actual dos nossos conhecimentos, não se afigura possível determinar quando se terá operado a ruptura da geografia social e económica lentamente forjada pela presença romana no território algarvio. Todavia, há suficientes indícios que apontam uma sobrevivência, pelo menos em alguns sectores, para lá da desagregação do Império.

Deixando de parte as cidades, já sucintamente tratadas (2.1.), é interessante verificar que todas as grandes *villae* excavadas neste século —Abicada (7/107),

Cerro da Vila (8/298), Milreu (8/304)— documentam uma persistência da ocupação que ultrapassa «crises» e «invasões», até à época muçulmana. Outros pontos de povoamento do mundo rural apresentam situações análogas, com sítios romanos e muçulmanos sobrepondo-se ou ocupando espaços próximos, o que, neste último caso, demonstra, no mínimo, uma descontinuidade de ocupação, mas uma identidade de motivos para a instalação. Temos de reconhecer que a amostra disponível não é muito extensa. No entanto, parece notável a homogeneidade verificada em todas as situações conhecidas. A dificuldade em determinar a malha do povoamento para o período compreendido entre os séculos V e VIII terá que ver, fundamentalmente, com o grande desconhecimento que ainda temos das realidades arqueológicas destas épocas.

Os grandes centros de produção de preparados de peixe oferecem um panorama radicalmente diferente, já que a norma é a do abandono definitivo. Este, torna-se particularmente notório nos núcleos do Sudoeste, não só porque também foi um deles, a Boca do Rio (7/132), objecto de escavações neste século, mas também porque constituíam o grand epólo produtor/exportador do Baixo Império, fora de âmbito urbano. Foi certamente a ruptura da ampla rede de intercâmbios mediterrâneos, onde estes produtos estariam envolvidos, ocorrida algures entre o século V e o VII, que precipitou a sua decadência irreversível. Teriam um carácter marcadamente especializado, impossível de converter a outras actividades. Também esta diferença de destinos sublinha a clara demarcação entre núcleos rurais e centros de exploração de recursos marinhos.

Durante o período romano, o actual território do Algarve explorava intensivamente diferentes recursos que, por serem complementares, lhe garantiam uma prosperidade particular. Na costa, centros de exploração de recursos marinhos ombreavam com sumptuosas *villae*, instaladas em manchas de bons solos agrícolas. Provavelmente os mesmos proprietários controlariam uns e outros; é admissível que a mão-de-obra mobilizada para umas e outras actividades fosse, em boa parte, constituída pelos mesmos homens. Contudo, esta complementariedade tinha um carácter mais regional e não exactamente nos mesmos sítios. O *barrocal* e a *serra* forneceriam outros tantos artigos complementares.

Este bem sucedido modelo de povoamento, articulava-se com as suas regiões próximas da *Baetica* e da *Mauritania Tingitana*, igualmente integradas na *diocesis Hispaniarum*. Este enquadramento foi quebrado somente no século XIII, quando o reino de Portugal estabeleceu fronteira no Guadiana, ao mesmo tempo em que as diferenças religiosas separaram definitivamente as duas margens deste «pré-Mediterrâneo».

ANEXO 1

Fornos de Anforas do Algarve e suas Produções

LOCAL	ANFORAS PRODUZIDAS	CRONOLOGIA
Martinhal (Vila do Bispo) 7/160	Classe 22 (Keay XVI e XXII) Almagro 51 a-b (Keay XIX-XXI) Classe 23 (Keay XXIII)	IV/V

	Classe 51 (Keay XXVI)	
Quinto do Lago (Loulé)	Classe 22 (Keay XXII) Classe 23 (Keay XXIII)	III/V ²
S. João da Venda (Faro) 8/305	Almagro 51 a-b (Keay XIX-XXI)	III/V ³
Alfanxia (Olhão) 8/	Almagro 51 a-b (Keay XIX-XXI)	III/V (?) ⁴
Torre de Aires (?) (Tavira) 8/318	Classe 23 (Keay XXIII)	III/V (?) ⁵
(?)	Classe 22 (Keay XVI) Beltrán 72	III/IV(?) ⁶
Cacela (?) (V.R.St. António) 8/296	?	? ⁷
Olhos S. Bartolomeu (V.R.St. António) 8/292	Classe 20-1 (Dr. 14) Classe 22 (Keay XXII) Classe 23 (Keay XXIII)	I-II/V(?) ⁸

ANEXO 2

Sítios com *Cetariae* do litoral algarvio e respectivas cronologias

De Oeste para Este:

- 7/159 - Beliche - sem dados cronológicos.
- 7/161 - Ilhéu da Baleeira - s/dados.
- 7/131 - Salema - s/dados.
- 7/132 - Boca do Rio - Século I ao IV ou V.
- 7/143 - Burgau - ? e século IV.
- 7/141 - Senhora da Luz - séc. I, século IV e pós-romano?

2. Os fragmentos de ânforas das Classes 20/21 que tínhamos identificado neste local (Arruda/Fabiao, 1990: 202-203 e fig. 58) correspondem, de facto, a fragmentos de suportes cerâmicos.

3. Do local só conhecemos um conjunto de fragmentos recolhidos por Santos Rocha e depositados no MFF (Fabio/Arruda, 1990). Não sabemos se terá produzido outras formas.

4. Como só temos uma pequena notícia sobre este sítio (Mascarenhas, 1974), não sabemos que ânforas produziu, de facto.

5. Conhece-se um fragmento de ânfora, deformado por excesso de cozedura, eventualmente recolhido neste local. No entanto, não é segura a sua proveniência.¹

6. Conhecem-se inúmeros fragmentos de ânforas destas Classes, com marcas, de presumível fabrico algarvio. No entanto, não foi ainda identificado o local (ou locais) de implantação do(s) centro(s) produtor(es). Provavelmente, as ânforas a que Dias Diogo chamou Lusitana 11, provavelmente mais antiga, terá sido produzida no(s) mesmo(s) centro(s) (Diogo, 1990: 184).

- 7/140 - Lagos - s/dados.
 7/11 - Vau - s/dados.
 7/117 e / 146 - Portimão - séc. I (?) III-IV e pós-romano?
 594.4.6. - Baralha 2 - s/dados.
 7/147 - Ferragudo - séc. I (?).
 7/152 - Armação de Pera - s/dados.
 8/298 - Cerro da Vila - séc. I ou II em diante e pós-romano.
 8/299 - Quartteira - Séc. I a.C., romano?
 8/300 - Loulé Velho - séc. I a.C. ao séc. IV-V e pós-romano.
 610.2.3. - Quinta do Lago - Século I aos inícios do V.
 8/322 - Faro - s/dados.
 8/323 - Olhão - s/dados.
 8/311 - Quinta de marim - séc. I ao V e pós-romano.
 8/318 - Torre de Aires - séc. I ao V e pós-romano.
 8/281 e 8/282 - Quinta do Muro e Cacula - séc. I/II e?

ANEXO 3

Villae do Algarve e suas cronologias

De Oeste para Este:

- 601.4.9. - Raposeira - século I ao V.
 7/136 - Marateca - s/dados.
 603.1.1. - Vale da Lama - s/dados.
 7/96 - Figueiral - s/dados.
 7/97 - Sargaçal - s/dados.
 7/133 - Casteleja - s/dados.
 7/135 - paul - s/dados.
 594.1.5. - Monte Canelas 2 - s/dados.
 594.2.5. - Senhora do Verde - s/dados.
 7/107 - Abicada - século I ao IV e pós-romano?
 7/103 - Monte da Torre - século I e... ?
 605.2.5. - Montemar - s/dados.
 7/114 - Vale da Arrancada - s/dados.
 595.3.7. - Vila Fria - s/dados.
 590.3.8. - Torrejão Velho - s/dados.
 7/123 - Senora do Pilar - abundante material todo do século I.
 587.3.3. - S. Pedro 6 s/dados.
 7/122 - Serro da Lebre - s/dados.
 7/121 - Terras Velhas - Século I ao IV.
 7/80 - S. Margarida de Alte - s/dados.
 7/158 - Retorta - Século I ao IV.
 8/298 - Cerro da Vila - Século I (?) em diante e pós-romano.
 8/300 - Loulé Velho - Século I a.C. em diante e pós-romano.
 8/321 - Vale de Carneiro - Século I e...?

7. Conhecido apenas por referências vagas (Vasconcellos, 1919-1920: 229, não sabemos que ânforas produziu, ou mesmo se as terá produzido, de facto.

8. Foi escavado no século passado por Leite de Vasconcellos, não sabemos se terão sido identificados todos os fornos e todas as produções, mas tudo indica que não (Alves *et alii*, 1990).

- 8/304 - Milreu - Século I ou II em diante e pós-romano.
 8/324 - Torrejão Velho - Século IV.
 8/311 - Quinta de Marim - Século I ao V e pós-romano.
 8/134 - D. Menga - Século I ao III e posterior?
 8/279 - S. Estevão - s/dados (trata-se, provavelmente, de vários sítios arqueológicos na mesma área).
 8/276 - S. Domingos de Asseca - s/dados.
 8/315 - Pedras de El Rei - século I ao IV e posterior?
 8/312 - Quinta da Trindade - s/dados.
 8/282 - Quinta do Muro - século I e...?
 8/255 - Alamo - século I e...?
 8/249 - Montinho das Laranjeiras - século I a.C. ao V e pós-romano?
Catarino - 3 - Vale do Conde - século I e...?

Informação e suporte cartográfico: Alarcao, 1988; Catarino, 1988; Gomes/Silva, 1987; Marques, 1992; Passos, 1989 e Santos, 1971-2.

REFERENCIAS

- ALARCÃO, A. e MAYET, F., 1990: *As Anforas Lusitanas. Tipologia, Produção e Comércio*, Paris/Conimbriga, MMC/Diffusion de Boccard.
- ALARCÃO, J.; GORGES, J. G.; MANTAS, V.; SALINAS DE FRÍAS, M.; SILLIERES, P. e TRANOY, A., 1990: *Proposition pour un Nouveau Tracé des Limites Anciennes de la Lusitanie Romaine*, in: *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Talence, 1988)*, Paris, CNRS, p. 319-329.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R. e MAYET, F. (dir.), 1990: *Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, Diffusion de Boccard.
- ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. M. D. e REINER, F., 1990: *A Propósito dos Fornos de Cerâmica Lusitano-Romanos de S. Bartolomeu do Mar*, in: ALARCÃO/MAYET, *op. cit.*, p. 193-198.
- ARRUDA, A. M., 1991: *Cerâmicas Aticas do Castelo de Castro Marim no Quadro das Exportações Gregas para a Península Ibérica*, (dissertação da prova de passagem à categoria de assistente de investigação, apresentada ao INIC), policopiado, Lisboa.
- ARRUDA, A. M. e DIAS, A. C., 1985: *O Sítio Romano-Arabe da Lezíria. 1. A «Terra Sigillata» Itálica e Sudgálica*, in: «Conimbriga», 24, p. 111-124.
- ARRUDA, A. M. de FABIÃO, C., 1990: *Anforas da Quinta do Lago (Loulé)*, in: ALARCÃO, A. e MAYET, F. (ed.) *As Anforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio*, Conimbriga/Paris, M. Monográfico/Diff. de Boccard, p. 199-213.
- BALBI, A., 1822: *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux autres états de l'Europe*, Paris, Rey et Gravier, Libraires.
- BELTRÁN LLORIS, M., 1990: *Guía de la Cerámica Romana*, Zaragoza, Pórtico.
- CARDOSO, J. L., QUINTELA, A. C. e MASCARENHAS, J. M., 1990: *Barragens Romanas do Algarve*, in: «Boletim Informativo» *Encontro de Arqueologia do Algarve*, Delegação Sul da SEC (Fev. 1990), p. 85-107.
- CATARINO, H., 1988: *Para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Algarve Oriental* (dissertação da prova de aptidão científica e capacidade pedagógica, apresentada à FLUC), policopiado, Coimbra.
- CATARINO, H.; ARRUDA, A. M. e GONÇALVES, V. S., 1981: *Vale do Boto: Escavações de 1981 no Complexo Arabe/Medieval*, in: «Clio», 3, p. 9-27.
- COELHO, A. B., 1972: *Portugal na Espanha Arabe*, vol. I, Lisboa, Seara Nova.
- DIOGO, A. M. D., 1990: *Quadro Tipológico das Anforas de Fabrico Lusitano*, in: «O Arqueólogo Português», série IV, 5, 1987, p. 179-191.

- EDMONSON, J. C., 1987: *Two Industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*, Oxford, BAR - IS, 362.
- EDMONSON, J. C., 1990: *Le «Garum» en Lusitanie Urbaine et Rurale: Hiérarchies de Demande et de Production*, in: *Les Villes de Lusitanie Romaine...* (op. cit.), p. 123-147.
- FABIÃO, C. e ARRUDA, A. M., 1990: *Anforas de S. João da Venda* (Faro), in: ALARCÃO, A. e MAYET, F. (ed.) op. cit., p. 215-224.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. no prelo. *Sobre os Conteúdos das Anforas Lusitanas*, in: *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 1991).
- FARIA, A. M., 1987: *Moedas de Chumbo, da época Romana, Cunhadas no Actual Território Português*, Separata da revista «Numismática», 47, Nov.-Dez. de 1987.
- FARIA, A. M., 1988: *Ipsos, uma Ceca Hispano-Romana do Sudoeste*, «Acta Numismática», 17-18, p. 101-104.
- FEIO, M., 1983: *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, 2ª edição, Evora, INIC.
- GAMITO, T. J., 1991a: *Contribuição da Arqueologia para o Estudo da Evolução Urbana de Faro*, in: *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*, da A.A.P., Lisboa, AAP, p. 19-26.
- GAMITO, T. J., 1991b: *A Introdução da Metalurgia do Ferro no Sudoeste Peninsular (com base nas datações de radiocarbono)*, Idem, p. 299-304.
- GARCÍA, J. C., 1986: *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, CEG/INIC (Chorografía - Série Histórica).
- GOMES, M. V., 1992: *Proto-História do Sul de Portugal*, in: SILVA, A. C. F. e GOMES, M. V. *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Univ. Aberta, p. 102-185.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V. e BEIRÃO, C. M., 1986: *O Cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados Preliminares de Três Campanhas de Escavações*, in: *IV Congresso do Algarve - Textos e Comunicações*, 1, p. 77-83.
- GOMES, M. V. e SILVA, C. T., 1987: *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Vila do Bispo*, Lisboa, Delegação Regional do Sul da SEC.
- GOMES, R. V., 1988: *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, «Xelb», 1, Silves, MMA/CMS.
- GONÇALVES, V. S., 1979: *A Carta Arqueológica do Algarve. Estratégias e Perspectivas*, in: «Clio», 1, p. 99-140.
- GONÇALVES, V. S., 1981: *Arqueologia do Algarve: Sinopse Rectrospectiva e Perspectivas de Mudança*, in: «Clio», 3, p. 177-181.
- GONÇALVES, V. S.; CATARINO, H. e ARRUDA, A. M., 1980: *O Sítio Romano-árabe do Vale do Boto. Notícia da Sua Identificação*, in: «Clio», 2, p. 71-79.
- GORGES, J. G., 1979: *Les Villas Hispano-Romaines. Inventaire et Problématique Archéologiques*, Paris, De Boccard, 1979.
- GORGES, J. G., 1990: *Villes et Villas de Lusitanie (interactions - échanges - autonomies)*, in: *Les Villes de Lusitanie Romaine...* (op. cit.), p. 91-113.
- MADEIRA, M. J. P. S., 1986: *Subsídios para o Estudo do Material Anfórico dos Castella da zona de Castro Verde*, in: «Arquivo de Beja», 2ª serie, 3, p. 121-131.
- MAIA, M. G. P., 1978: *Contributos para as Cartas de Distribuição em Portugal da «Sigillata Luzente» e da «Late Roman C. Ware»*, in: *Actas das III Jornadas Arqueológicas da AAP (1977)*, vol. 1, Lisboa, AAP, p. 285-307.
- MANTAS, V. G., 1990: *As Cidades Marítimas da Lusitânia*, in: *Les Villes de la Lusitanie Romaine*, op. cit., p. 149-205.
- MARQUES, A. H. O., 1968: *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Cosmos.
- MARQUES, T. (coord.) 1992: *Carta Arqueológica de Portugal. Concelhos de Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel*, Lisboa, IPPAR. D. A.
- MASCARENHAS, J. F., 1974: *Fornos de Cerâmica e outros Vestígios Romanos no Algarve*, Lourenço Marques.

- PASSOS, J. M. S. (coord.) 1989: *Estudos de Inegração do Património Histórico-Urbanístico para a Reabilitação Urbana. 1. Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Lagos*, Lisboa, SEC/SEALOT.
- PEREIRA, I.; BOST, J. P. e HIERNARD, J., 1974: *Fouilles de Conimbriga. III Les Monnaies*, Paris, Diffusion de Boccard.
- PEREIRA, M. L. V. S., 1974-7: *Marcas de Oleiros Algarvios do Período Romano*, in: «O Arqueólogo Português», série III, 7-9, p. 243-268.
- PONSICH, M., 1988: *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado. Factores Geo-Económicos de Bética y Tingitana*, Madrid, Ed. Univ. Complutense.
- QUINTELA, A. C., CARDOSO, J. L. e MASCARENHAS, J. M., 1986: *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*, Lisboa, MPAT/SEARN.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S., 1987: *Geografia de Portugal I. A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa, Sá da Costa.
- RIBEIRO, O. s/d: *Açoteias de Olhão e Telhados de Tavira (Influências orientais na arquitectura urbana)*, in: *Geografia e Civilização. Temas portugueses*, Livros Horizonte (espaço e Sociedade, 2), p. 53-146.
- RIBEIRO, O., 1979: *O Significado Ecológico, Expansão e Declínio da Oliveira em Portugal*, separada do «Boletim do IAPO», s/l., 1979.
- SANTOS, M. L. E. V. A., 1971-2: *Arqueologia Romana do Algarve (Subsídios)*, 2 vols., Lisboa, AAP.
- SILVA, C. T., COELHO-SOARES, A. SOARES, J., 1987: *Nota sobre o Material Anfórico da Foz do Arade (Portimão)*, in: «Setúbal Arqueológica», 8, p. 203-219.
- SILVA, C. T., SOARES, A. C. e CORREIA, V. H., 1990: *Produção de Anforas Romanas no Martinhal (Sagres)*, in: ALARCÃO, A. e MAYET, F. (ed.) *op. cit.*, p. 225-246.
- VASCONCELLOS, J. L., 1917: *Coisas Velhas*, in: «O Archeólogo Português», 22, p. 107-169.
- VASCONCELLOS, J. L., 1919-1920: *Coisas Velhas*, in: «O Archeólogo Português», 24, p. 215-237.
- VEIGA, E., 1910: *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Cap. V. Tempos Historicos*, in: «O Archeólogo Português», 15, p. 209-233.
- VIANA, A., FORMOSINHO, J. e FERREIRA, O. V., 1953: *De lo Prerromano a lo Arabe en el Museo de Lagos*, in: «Archivo Español de Arqueología», 26, p. 113-138.